

Parecer Técnico nº 01/2016/GT/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Avaliação do Relatório de Segurança de Barragens 2015, elaborado pela Agência Nacional de Águas – ANA.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Essa Lei aplica-se a barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

- Altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15m (quinze metros);
- Capacidade total do reservatório maior ou igual a 3.000.000m³ (três milhões de metros cúbicos);
- Reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis;
- Categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 6º da Lei.

O Relatório de Segurança de Barragens é um dos instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens, cabendo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário,

recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

A Resolução CNRH nº 144, de 10 de julho de 2012, estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334, de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997.

Segundo essa Resolução, o Relatório de Segurança de Barragens deverá conter, no mínimo, informações atualizadas sobre:

- Os cadastros de barragens mantidos pelos órgãos fiscalizadores;
- A implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens;
- A relação das barragens que apresentem categoria de risco alto;
- As principais ações para melhoria da segurança de barragem implementadas pelos empreendedores;
- A descrição dos principais acidentes e incidentes durante o período de competência do relatório, bem como análise por parte dos empreendedores e do respectivo órgão fiscalizador sobre as causas, consequências e medidas adotadas;
- A relação dos órgãos fiscalizadores que remeteram informações para a Agência Nacional de Águas-ANA com a síntese das informações enviadas;
- Os recursos dos orçamentos fiscais da União e dos Estados previstos e aplicados durante o período de competência do relatório em ações para a segurança de barragens.

O Relatório de Segurança de Barragens deverá compreender o período entre 1º de outubro do ano anterior e 30 de setembro do ano de referência do relatório.

A ANA é responsável pela coordenação da elaboração do Relatório de Segurança de Barragens e os órgãos fiscalizadores responsáveis pelas informações a serem enviadas.

A ANA deverá encaminhar o Relatório de Segurança de Barragens ao CNRH até 31 de maio, de forma consolidada, cabendo ao CNRH, anualmente, apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional até 20 de setembro de cada ano.

No âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, a Resolução instituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar o relatório elaborado pela ANA e propor as recomendações para a melhoria da segurança de barragens.

2. ANÁLISE

O relatório abrange todo o conteúdo mínimo exigido na resolução, contém informações objetivas e estatísticas bem organizadas da implementação do sistema, análises, identificações das fragilidades e recomendações para a evolução do sistema.

Porém, algumas observações sobre o relatório e o estágio de evolução do sistema em si e algumas sugestões e/ou recomendações gerais são postas a seguir:

Percebe-se a partir do relatório, que existe uma não uniformidade na forma de cadastro por parte dos estados e que essa não uniformidade provoca alguma confusão para compreensão das informações cadastradas.

Um segundo aspecto fundamental que se pode apreender do relatório é o enorme passivo para alimentar o cadastro com as informações básicas de detalhamento: em 79% das barragens cadastradas não se conhece a altura, em 45% o volume do reservatório e em 82% não se conhece o tipo de material de construção.

Do total de barragens classificadas com Categoria de Risco Alto (CRI Alto) e Dano Potencial Alto (DPA Alto) embora representem 10% das barragens com alguma classificação, 20% delas não possuem empreendedor conhecido, o que dificulta a adoção de medidas regulatórias ou de fiscalização para que providências sejam tomadas.

Cabe aos órgãos fiscalizadores a emissão de regulamentos direcionados aos empreendedores. Porém, a quase totalidade deles ainda não emitiu nenhuma norma para estabelecer a rotina de fiscalização, de acordo com o que dita a Lei de Segurança de Barragens, ou seja, regulamentar o mínimo para o estabelecimento do Plano de Segurança de Barragens, do Plano de Ação de Emergência, das inspeções de segurança regular e especial e da Revisão Periódica de Segurança de barragens.

Da consulta realizada com 43 órgãos fiscalizadores, observa-se que 67% deles já possuem alguma equipe destinada a segurança das barragens, o que demonstra que o sistema, embora jovem, está paulatinamente sendo implantado. Mas ainda há um passivo grande, que precisa ser resolvido.

Algumas informações declaradas pelos empreendedores e pelas entidades fiscalizadoras devem ser vistas com extrema cautela, pois ao que parece pela complexidade do tema pesquisado, não retratam a pura realidade, devendo ser refinada e validada ao longo dos anos. São exemplos os casos das 439 barragens que declararam possuir o Plano de Ação Emergencial (PAE), das 329 barragens que realizaram Revisão Periódica de Segurança e das 9648 inspeções realizadas por 332 empreendedores em 1100 barragens.

3. CONCLUSÃO

O Relatório cumpre integralmente a Resolução CNRH nº 144/2012 e se constitui num avanço para o tema Segurança de Barragens, pois informa com transparência a situação das barragens no Brasil e as fragilidades do sistema. Assim, permite-se a

identificação de necessidades, de ações e de subsídios para priorização das ações no seguimento da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

O relatório também realiza uma análise de todas as informações cadastradas, as consolidando e elaborando recomendações que contemplam a quase totalidade das considerações colocadas neste parecer.

Dentre elas, destaca-se a recomendação número 6, a respeito do papel do CNRH para zelar pela implementação da PNSB. Com relação a isso, cabe esclarecer que foi criado, na última reunião da CTAP/CNRH em 20 de abril, um grupo de trabalho para revisar as duas resoluções nºs 143 e 144 de 2012, com a finalidade de verificar se as mesmas atendem as necessidades observadas no relatório e no “Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce” do Conjuntura 2015, bem como dos desdobramentos do acidente de Mariana e verificar se há necessidade de alguma alteração ou normatização adicional. Além disso, é pertinente também que se paute a discussão, em nível do CNRH, das propostas legislativas em andamento no Congresso Nacional. Ressalta-se, portanto, a necessidade de que o GT criado venha de fato a se instalar.

O CNRH aconselha as seguintes recomendações quanto à Segurança de Barragens:

- *determinar critérios e normas para tratar de barragens órfãs, bem como atribuir a algum ente do sistema a responsabilidade por essas barragens, sob risco de acidentes com consequências graves. É necessário estabelecer uma regulação;*
- *priorizar a mobilização, treinamento e capacitação de empreendedores e órgãos fiscalizadores;*
- *estabelecer a pactuação de metas para serem cumpridas pelos empreendedores e órgãos fiscalizadores;*
- *estipular uma padronização mínima de informações entre as entidades fiscalizadoras;*

- *implementar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);*
- *ampliar a divulgação dos manuais destinados a empreendedores e fiscalizadores elaborados pela ANA;*
- *agilizar as ações para que as previsões orçamentárias anuais alocadas pelos empreendedores públicos sejam totalmente empenhadas e executadas.*

Assim, encaminhamos ao Congresso Nacional a apreciação do Relatório de Segurança de Barragens 2015 com a solicitação expressa de que esforços sejam realizados para levantar e garantir mais recursos para a segurança de nossas barragens.

Este é o parecer

Em, 29 de agosto de 2016.

Gilson Machado da Luz (Coordenador do Grupo de Trabalho)

Jussara Cabral Cruz (Membro do Grupo de Trabalho)